
“Crianças não são cobaias da ideologia de gênero”: a desinformação no discurso da ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹

Janaina Soares GALLO²
José Ilton PORTO³
Renata Pinheiro LOYOLA⁴
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este trabalho propõe uma investigação acerca das manifestações públicas da ministra Damares Alves, por meio de seu perfil oficial no Facebook, que mencionam o termo ideologia de gênero. Para tanto, selecionamos um *corpus* composto por seis postagens e analisamos a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (ORLANDI, 2003). Nessa perspectiva, este artigo visa dialogar com os conceitos de Desinformação (BAKIR e MCSTAY, 2018), Pânico Moral (MISKOLCI, 2007) e Populismo Digital (KRAMER, 2017) e relacioná-los com o discurso da ministra. As análises mostram que as postagens da ministra têm o objetivo de manifestar seu posicionamento contrário à agenda democrática no que se refere aos direitos humanos, bem como incentivar a desinformação e o pânico moral da ideologia de gênero.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; populismo digital; desinformação; pânico moral; Damares Alves.

Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República, em 2018, foi a culminação de uma reação conservadora aos avanços na agenda de direitos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988, exatos 30 anos antes. O triunfo do chamado bolsonarismo é produto tanto de dinâmicas próprias do contexto brasileiro, quanto da ofensiva global de uma “nova direita”, que ganhou tração por meio do chamado populismo digital, utilizando a capacidade de comunicação das redes digitais para arregimentar e articular adeptos.

As origens desta nova direita global podem ser traçadas aos Estados Unidos em meados do século XX, época de importantes avanços da pauta dos direitos civis da população negra, das mulheres e da população LGBTQIA+. Nos EUA, essa reação

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP) - janaina.gallo@usp.br

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP) - iltonporto@usp.br

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professora do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda – UEMG Divinópolis – renataloyola@usp.br

conservadora foi levada a cabo principalmente por meio de igrejas evangélicas pentecostais, e incorporada à agenda do Partido Republicano.

Em paralelo, a Igreja Católica, a partir do pontificado de João Paulo II, iniciado em 1978, reafirma seus dogmas em relação a temas como métodos contraceptivos, aborto e relações homossexuais, influenciando o debate público nos países onde a Igreja é mais forte, principalmente na Europa e América Latina.

Com o fim da União Soviética, a partir da década de 1990, os partidos e organizações de esquerda, perdendo seu principal referencial de uma alternativa de política econômica, passam a direcionar seu foco a temas progressistas nos campos culturais e de comportamento (Hobsbawn, 1994). Em reação a isso, grupos conservadores passam a articular o conceito de “marxismo cultural”, em que haveria um complô de forças marxistas para subverter as bases da sociedade capitalista ocidental atacando pilares como a família, o papel social das mulheres e uma certa hierarquia racial (Hobsbawn, 1994).

Na América Latina, o século XXI se inicia com a eleição de candidatos de esquerda e centro-esquerda em diversos países, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Venezuela e Uruguai, em reação ao consenso econômico neoliberal da década de 1990, que levou ao empobrecimento e crises graves. Embora os representantes desta chamada “onda rosa” tenham avançado de forma cautelosa nestes temas culturais e comportamentais, os tímidos avanços eram motivos para mobilizar a parcela conservadora da sociedade, principalmente em base religiosa. Além da força da Igreja Católica, o avanço das denominações evangélicas pentecostais, baseadas na chamada “teologia da prosperidade” (Lemos, 2017), dá fôlego a essa reação conservadora.

Neste contexto, o termo “ideologia de gênero” se consagra como uma espécie de “guarda-chuva” para os conservadores se referirem às pautas de igualdade de direitos entre homens e mulheres e às reivindicações de quem não se identifica com as identidades dominantes de gênero e orientação sexual. A origem do termo ideologia de gênero remonta aos escritos do então cardeal católico Joseph Ratzinger, mais tarde Papa Bento XVI, que fala em “perspectiva de gênero” em um texto de 1997, crítico às premissas do feminismo. O termo se populariza na América Latina com a publicação do livro *La Ideologia del Género*, de Jorge Scala, em 2010, em que o autor defende que essas pautas teriam o objetivo oculto de “destruição da família” (MISKOLCI, 2018).

Vale ressaltar, aqui, que Judith Butler entende o conceito de gênero como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que aponta um destino ao sujeito. A sociedade enxerga a heterossexualidade como a única forma de viver a sexualidade e espera que cada gênero tenha o seu papel social definido, desde o seu nascimento (homem viril e mulher sensível, por exemplo). O conceito de gênero surge para afirmar que as diferenças sexuais não são por si só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres. Desse modo, no dizer de Butler (2003), o gênero é uma construção social, histórica e discursiva, são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado (BUTLER, 2003). O conceito de gênero passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e estes constituem a identidade dos sujeitos (LOURO, 2001).

Porém, os grupos conservadores distorcem o que é entendido como gênero e passam a utilizar o potencial de disseminação de conteúdo em larga escala proporcionado pela internet, com a popularização das redes sociais digitais, na primeira década do século XXI. A capacidade de capilarização das redes, em um meio no qual qualquer pessoa pode espalhar rapidamente seu conteúdo para um grande número de pessoas, possibilitou um rápido crescimento da parcela da população que se identifica com valores conservadores em relação a gênero e sexualidade. No populismo digital, é crucial a construção de um “inimigo externo”, e a chamada ideologia de gênero e seus proponentes se prestam a esse papel de forma natural.

No governo de Jair Bolsonaro, a implementação de políticas públicas baseadas nessas posições ideológicas conservadoras no campo de gênero e sexualidade cabe a Damara Alves. Pastora evangélica, advogada e com uma trajetória de militância política em grupos conservadores, tornou-se a face deste projeto ao ser indicada para liderar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Neste trabalho, nosso objetivo é analisar as manifestações públicas da ministra, por meio de seu perfil oficial no Facebook, que mencionam a denominada “ideologia de gênero”. A escolha por este espaço digital se deve ao fato de ser a rede social com maior número de postagens oficiais da ministra. No que se refere ao critério de seleção dos posts que compõem o *corpus*, fizemos inicialmente o recorte do primeiro ano do governo Bolsonaro, a fim de evitar ocorrências relacionadas ao discurso durante a pandemia do Covid-19, e posteriormente, realizamos a pesquisa por conteúdos com a expressão “ideologia de gênero” e “gênero”.

Como resultado desta seleção, foram encontradas 50 ocorrências, das quais apenas seis *posts* tratavam do conteúdo em questão, como um discurso da própria ministra. Os demais que não foram selecionados para análise se caracterizavam como materiais compartilhados por Damares e por isso não entraram neste trabalho. O conteúdo das postagens foi analisado a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, pela perspectiva de Orlandi (2003), que afirma que discurso é palavra em movimento, prática de linguagem, mediadora entre o homem e a realidade natural e social.

Como percurso teórico, optamos por trazer os conceitos de Desinformação (BAKIR e MCSTAY, 2018) e Pânico Moral (MISKOLCI, 2007), além das principais características do Populismo Digital (KRAMER, 2017) para observar como as plataformas digitais contribuíram para a promoção de agendas antidemocráticas. Buscamos articular as declarações da ministra a estes conceitos, visando contribuir para os estudos sobre esses fenômenos sociais e comunicacionais contemporâneos e suas consequências políticas.

Desinformação e pânico moral

Os pesquisadores Vian Bakir e Andrew McStay (2018) analisam o fenômeno das *fake news* contemporâneas, que entrou em evidência durante a campanha eleitoral dos Estados Unidos, em 2016, entre Donald Trump e Hillary Clinton, à medida que essas notícias pró-Trump se espalhavam pelo *Facebook*. Os autores ressaltam que as definições de notícias falsas são abundantes, mas se apegam as sete categorias de desconstrução das *fake news* propostas por Wardle (2017) para elaborar o seu próprio conceito: “conexão falsa; contexto falso; conteúdo manipulado; conteúdo enganoso; conteúdo impostor; conteúdo fabricado; e sátira /paródia” (WARDLE 2017 *apud* BAKIR; MCSTAY, 2018, p.1, TRADUÇÃO NOSSA). Assim, baseados nas categorias de Wardle, os autores definem as notícias falsas como totalmente falsas ou contendo elementos deliberadamente enganosos incorporados em seu conteúdo ou contexto (BAKIR; MCSTAY, 2018).

O pesquisador Alex Gelfert (2018) compreende as *fake news* como um subgênero da desinformação. Por desinformação, entende-se as informações distorcidas, manipuladas ou completamente falsas que foram produzidas com a função de enganar ou gerar falsas conclusões (FALLIS, 2015). Esse subgênero da desinformação, que ganhou fôlego nos últimos anos, é singularizado pelo objetivo de enganar massivamente a audiência e por se assemelhar às produções jornalísticas (GELFERT, 2018).

De acordo com BAKIR e MCSTAY (2017), seja para ganhos econômicos ou políticos, as *fake news*, de alguma maneira, há muito estão entre nós. Todavia, a ecologia da mídia digital proliferou, democratizou e intensificou sua escala. Segundo eles, a situação das notícias falsas é social e democraticamente problemática em três frentes:

(1) sua produção de cidadãos mal informados, que (2) provavelmente se manterão informados de maneira incorreta nas câmaras de eco e (3) serão emocionalmente antagonizados ou indignados devido ao caráter afetivo e provocativo da natureza de muitas notícias falsas (BAKIR; MCSTAY, 2017, p.6, TRADUÇÃO NOSSA)

Nesse sentido, essas desinformações podem causar na audiência o que Richard Miskolci (2007) chama de pânico moral. Miskolci (2007) utiliza o conceito de pânicos morais para compreender os instrumentos de controle e resistência das transformações sociais em relação às questões de gênero e sexualidade. Conforme o autor, os pânicos morais “emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007, p.103).

Miskolci se apropria dos estudos de Stanley Cohen para refletir sobre como a sociedade reage a determinadas situações e identidades sociais que aparentam representar alguma forma de perigo. Assim, “Cohen criou o conceito de pânicos morais para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos” (MISKOLCI, 2007, p.111).

Seguindo as perspectivas propostas por Miskolci em um estudo mais recente em parceria com Maximiliano Campana (2017), podemos afirmar que o discurso desinformativo sobre estudos de gênero se tornou um ativador de pânicos morais em torno das lutas feministas, dos direitos reprodutivos das mulheres, direitos das pessoas LGBTQIA+, além de regular a conduta de gênero e sexualidade não-normativas. Existem vários exemplos aqui no Brasil, que elucidam essas três interfaces: desinformação, pânico moral e ideologia de gênero.

Conforme os autores (2017), a hegemonia da noção de ideologia de gênero cresceu no Brasil a partir de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo status do casamento heterossexual. No mesmo mês da decisão do STF, houve a polêmica em torno do projeto Escola Sem Homofobia promovido pelo governo e apelidado pelos conservadores de “*kit gay*”. A

pressão da Frente Parlamentar Evangélica fez com que o Escola Sem Homofobia fosse vetado pela presidente Dilma Rousseff.

Em 2014, conservadores e religiosos mais uma vez pressionaram o governo na tentativa de suprimirem os trechos que tratavam sobre as questões de gênero e de orientação sexual do Plano Nacional da Educação (PNE)⁵. Após a pressão, os deputados retiraram a frase do plano que dizia: "são diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual", que foi substituída pelo texto do Senado, que fala apenas em "erradicação de todas as formas de discriminação".

Três anos após esse episódio, a discussão sobre a "ideologia de gênero" resultou na retirada de um trecho referente à diversidade de um documento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)⁶. Assim, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu a afirmação de que os estudantes deveriam respeitar a orientação sexual dos colegas.

Mais dois episódios marcam o ano de 2017: o cancelamento da exposição "Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira"⁷, que estava em cartaz no Santander Cultural, em Porto Alegre, após uma série de protestos nas redes sociais – por suposta apologia à pedofilia e zoofilia, além de ser ofensiva à moral cristã, e a agressão⁸ sofrida por Judith Butler, referência no estudo da teoria de gênero no mundo, em sua passagem pelo Brasil. "O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais" (MISKOLCI, 2007, p.114).

O terreno ficou fértil para o ano seguinte. Nas eleições de 2018, entra em cena o debate em defesa da "família" – no singular, a preocupação com a implementação do "kit gay" e na destruição dos valores morais pela "ideologia de gênero".

Populismo Digital

⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-e-retira-questao-de-genero>. Acesso em 26 jun. 2021.

⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>. Acesso em 26 jun. 2021.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/museu-de-porto-alegre-encerra-exposicao-sobre-diversidade-apos-ataques-em-redes-socias.ghtml>. Acesso em 26 jun. 2021.

⁸ Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>. Acesso em 26 jun. 2021.

O debate acadêmico sobre a temática política e mídia já é tratado há muito tempo, e tem presença forte desde o início do século XX. As primeiras pesquisas acadêmicas no final dos anos 1920 observavam como a propaganda política afetava a vida das pessoas. Já nas décadas seguintes, percebe-se um desdobramento das pesquisas em tentar compreender os efeitos do Rádio e da TV na comunicação política. De maneira geral, ao buscar compreender a relação dos meios de comunicação de massa com os processos políticos, as pesquisas apontavam uma presença cada vez maior da mídia na política.

Após a primeira fase da internet e sua romantização⁹, surgem, a partir de 2005, novos olhares para a democracia digital. Entre 2010 e 2015, já com a presença nas mídias sociais, muitos políticos ainda tinham dificuldade para interagir com os eleitores. A partir de 2016, é possível observar que as plataformas digitais, apesar de se apresentarem como canais de distribuição de conteúdo, tornaram-se “infraestruturas da vida social” (SRNICEK, 2018), influenciando também a política, sendo consultadas para modulação de perfis aos interesses políticos. Empresas interessadas em influenciar a política institucional em prol de seus interesses corporativos e econômicos, as chamadas *Big Techs*, passaram a fazer um grande *lobby* político para partidos de diversos países para obterem receita em publicidade dirigida e influenciar diretamente eventuais políticas públicas para regulação de suas atividades¹⁰.

Nesse contexto, diversos autores (Engesser, Ernst, Esser, & Büchel, 2016; Groshek & Engelbert, 2013; Krame, 2017) têm defendido que as plataformas digitais fomentaram o populismo político por meio das mídias sociais que foram instrumentalizadas por líderes populistas de extrema-direita para a promoção de agendas antidemocráticas. Ao estabelecer um populismo de plataforma, a fim de contornar a mídia hegemônica estabelecida, os atores políticos se comunicam através de postagens curtas e emocionais, muitas vezes escandalizantes ou mobilizadoras (KRAMER, 2017).

O populismo pode ser entendido como uma ideologia antipluralista, pautada no exclusivismo e na utopia conservadora, ancorada no antielitismo, fomentando uma

⁹ O termo romantização, criado por Vacari e Nilesen (2014), se refere a fase em que teóricos como Pierre Lévy, Manuel Castells e Dominique Cardon, argumentavam de forma muito entusiasmada, que a internet ampliaria a participação política, em uma democracia deliberativa na esfera digital.

¹⁰ Exemplos mais recentes da atuação das plataformas digitais na configuração da comunicação política seriam o fenômeno Donald Trump e o referendo do Brexit (KREISS; MACGREGOR, 2016).

oposição entre o povo (representado pelo líder) e as elites perversas, e na ilusão de soberania popular, cuja promessa de implementação da vontade do povo aconteceria através da figura do líder à revelia das instituições. No que se refere ao populismo digital, KRAMER (2017) apresenta as seguintes características: (i) marcação dos dissidentes, (ii) abordagem *top-down*, (iii) deslizamento de sentidos e (iv) capilaridade de organização.

A marcação dos dissidentes pode ser entendida pelo fato de que o populismo se apresenta nas mídias digitais a partir de um enfrentamento constante contra seus inimigos. Por meio de campanhas coordenadas, persegue os indivíduos que supostamente oferecem risco à manutenção das tradições e dos valores conservadores. A abordagem “*top-down*” acontece quando os perfis dos líderes populistas, que são pessoalizados e auto-expositivos, simulam um contato direto com o povo. O deslizamento de sentidos se dá quando o populismo digital esvazia o sentido das noções relevantes à democracia liberal para atender à sua agenda. Deste modo, ao mesmo tempo em que afirma ser defensor de temas relevantes à democracia, caracteriza-se por um discurso intolerante e elusivo. A capilaridade de organização possibilita ao populismo evitar a mídia tradicional para promover sua agenda por meio de fóruns virtuais, em que os interessados se expressam com uma gramática própria, incluindo *memes*, teorias conspiratórias e outros símbolos.

Para Mendonça e Caetano (2020) a crise das tradicionais formas de representação e o aumento da importância das redes sociais para a política marcam o debate contemporâneo sobre as ciências políticas e lançam luz às discussões sobre a dimensão comunicacional do populismo.

Análise do Corpus

Por uma questão de organização, os seis *posts* que compõem o nosso *corpus* foram selecionados por temas recorrentes e assim, apresentados em conjunto. Para melhor entendimento da análise, os textos foram transcritos, e na sequência, descrevemos os principais elementos. Os primeiros materiais que compõem o nosso *corpus* são as postagens do dia 11 de maio de 2019, Figura 01, e do dia 09 de setembro de 2019, Figura 02.

Figura 01: transcrição dos posts de 11 de maio de 2019

“Fui surpreendida com mais esta polêmica que tem como base, novamente, uma pequena parte recortada de um vídeo que foi gravado durante uma de minhas palestras na igreja. Minha crítica é conhecida de todos, eu critico é a tentativa de interferência dos ideólogos de gênero na identidade de nossas crianças. Vai um recado: criança não namora! Criança brinca e estuda. Minha posição é contrária principalmente contra a erotização e adultização de crianças. Deixem nossas crianças serem crianças! Que estudem e brinquem sem que ninguém as incentive a pular fases.”

Fonte: Facebook Oficial Damares Alves, encontrado em
<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1005231343017881>

Figura 02: transcrição dos posts de 09 de setembro de 2019

“Tive mais uma vez a honra de representar o Presidente Bolsonaro em uma missão oficial internacional. Aos participantes da Terceira Cúpula Demográfica de Budapeste (Hungria) apresentei um #NovoBrasil! Sim, um Brasil que tem duas línguas oficiais, o português e libras. Um país com grande diversidade cultural e étnica. Um Brasil que está comprometido com o fim da violência e que já tem demonstrado uma significativa queda no número de homicídios, estupros e roubos. O mundo está conhecendo o Brasil que nós tanto sonhamos! Um Brasil que nestes quatro anos de Governo Bolsonaro poderá ser considerado o melhor lugar do mundo para se viver. Somos um Brasil que está trabalhando para que nenhum direito fundamental seja violado, e para que mais nenhuma criança seja vítima da ideologia de gênero, de abusos sexuais, de violência física ou psíquica. Retorno à minha Pátria com o coração alegre por saber que o Brasil está na direção certa, e que em DEUS venceremos todas as barreiras, até que todos os brasileiros possam ter emprego, saúde e a proteção integral de seus direitos.”

Fonte: Facebook Oficial Damares Alves, encontrado em
<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1086985104842504>

Ao observar nos discursos desinformativos da ministra Damares sobre “ideologia de gênero”, é importante destacar que sempre estão atrelados à criança. Das seis postagens aqui analisadas, o termo “criança” ou “infância” aparece em cinco delas.

No discurso da figura 1, é possível perceber a construção de argumentos embasados nas principais características do populismo digital. Ao se opor ao pensamento daqueles que ela chama de “ideólogos de gênero da identidade da criança”, a ministra busca marcar todas as pessoas que divergem de seus princípios e crenças como um inimigo que deve ser combatido.

A ministra enfatiza que a tal ideologia é uma grande ameaça para esse público: “eu critico é a tentativa de interferência dos ideólogos de gênero na identidade das nossas crianças”, “estamos trabalhando para que nenhuma criança seja vítima da ideologia de gênero”. A desinformação de Damares causa um pânico moral de destruição da família tradicional e de doutrinação de crianças. Para isso, “basta manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo supostamente incontestável, como a vida e o bem-estar das crianças” (JUNQUEIRA, 2018, p.461).

Como todo discurso é dotado de intencionalidade (ORLANDI 2003), ao proferir a desinformação em seu discurso, a ministra não está preocupada em ser desmascarada. O intuito da informação falsa, ao utilizar um ser frágil (criança) no centro da narrativa, é causar pânico e comoção social, além de voltar os seus seguidores contra aos estudos de gênero e contra as políticas públicas favoráveis às mulheres e a população LGBTQIA+, como o uso do nome social, direito à identidade de gênero e livre orientação sexual.

Dameres Alves chama atenção para a violência que a “ideologia de gênero” pode causar nas crianças, mas a questão real está em manter a ordem moral conservadora, alicerçada em valores religiosos – mesmo que custe atacar os direitos humanos da população que foge à normatividade de gênero e sexualidade. “A política simbólica, que estrutura os pânicos morais, costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão (MISKOLCI, 2007, p.115). Ao analisar esses discursos “é possível perceber que todo pânico moral esconde algo diverso” (Ibid, p.116).

Outra característica que podemos perceber pelo discurso da ministra é a busca pela aproximação do público. Ao dizer as expressões “*Deixem nossas crianças serem crianças*” e “*em DEUS venceremos todas as barreiras*”, ela usa uma abordagem *top-down*, para simular um contato direto com as mães e pais que, assim como ela, desejam que as crianças sejam crianças, e também com seu público evangélico.

O terceiro material selecionado é uma postagem do dia 03 de setembro de 2019, Figura 03. Assim como nos posts anteriores, observa-se que o discurso da ministra busca de forma reiterada marcar seus dissidentes. Ao se expressar contra o governador e a favor de “nós (população)”, ela busca uma oposição para perseguir os indivíduos que supostamente ofereçam risco à manutenção das tradições e dos valores conservadores.

Nessa perspectiva, o discurso de Dameres de forma intencional busca esvaziar o real sentido da pauta da educação para igualdade de gênero. O tom de denúncia que ela apresenta para a questão também é importante para “o dito e o não-dito” (ORLANDI, 2003), como uma estratégia discursiva que mistura intolerância e imprecisão dos fatos.

Figura 03: transcrição dos posts de 03 de setembro de 2019

“Recebi ontem a denúncia deste material que continha conteúdo sobre ideologia de gênero. É importante que nos manifestemos contra tudo que possa ferir a infância. Este é o segundo Governador que retira materiais deste tipo quando nós (população) nos posicionamos.”

Fonte: Facebook Oficial Damares Alves, encontrado em
<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1082699371937744>

O direito à educação para igualdade de gênero já é previsto na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas diretrizes curriculares nacionais, somados a todos os documentos que regem a educação em direitos humanos no país, formando a base legal que impõe o enfrentamento destes temas na escola. O conjunto das diretrizes educacionais brasileiras aponta a necessidade de trabalhar questões ligadas a gênero e sexualidade desde a educação infantil até o ensino médio, propondo uma abordagem reflexiva crítica preocupada com a autonomia dos sujeitos, na liberdade de acesso à informação e ao conhecimento, no reconhecimento das diferenças, na promoção dos direitos e no enfrentamento a toda forma de discriminação e violência.

Mesmo com toda base legal sobre a inserção dos estudos de gênero nas escolas, o discurso desinformativo da ministra perpassa as instâncias educativas e evidencia a pesquisa de Rogério Junqueira (2018), pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo ele, o campo da Educação está entre os que recebem grande atenção do movimento antigênero:

E parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Tais propostas são denunciadas como ‘ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência’ das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais. Escolas e docentes sintonizados com a ‘ideologia de gênero’ visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes a ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018, p.452).

A subversão dos conceitos de gênero causa pânico e demoniza qualquer perspectiva de se falar sobre o assunto na escola, sendo este um espaço onde se vem tentando implementar uma política de igualdade dos gêneros e de respeito às diferenças, com o objetivo de tornar esse ambiente mais acolhedor para todas e todos, e não apenas àqueles que representam a norma hegemônica social.

O próximo material analisado se refere a duas publicações iguais, postadas nos dias 31 de setembro e 09 de novembro de 2019. Como forma de não sobrecarregar visualmente esta pesquisa, transcrevemos apenas uma vez, figura 4, e inserimos na fonte os dois endereços para consulta. A diferença entre os textos da postagem está na inserção do nome *teoria queer* e será tratado na sequência.

Figura 04: transcrição dos posts de 31 de setembro e 09 de novembro de 2019

“Ideologia de Gênero é violência contra a criança. Não é diversidade sexual, não estou falando dos homossexuais, das lésbicas ou das travestis. E além disso. Escolheram o Brasil como laboratório dessa teoria (teoria queer), mas estamos mandando um recado que acabou a brincadeira, nossas crianças não são cobaias. Aos que tem dúvidas do que falo, estudem um pouco sobre o que é teoria queer. Elas se distanciam da comunidade LGBT, tornando se até mesmo, um antagonista, contra a comunidade lgbt e da comunidade conservadora, ela quer ferir a todos.”

Fonte: Facebook Oficial Damares Alves, encontrado em
<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1080539795487035> e
<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1137091939831820>

Observamos nesse trecho que o discurso desinformativo desloca a teoria *queer* para um lugar de antagonista da comunidade LGBTQIA+, esvaziando o seu sentido. “*Queer* significa colocar-se contra a normalização, venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade” (LOURO, 2001, p.546). A teoria *queer* é um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, convidando-nos a pensar o discurso hegemônico que foi construído em torno da sexualidade (LOURO, 2008). Problematiza a heteronormatividade, deixando evidente que não há só uma forma de vivenciar a sexualidade, rompendo com os binarismos homem/mulher e gay/heterossexual.

A não-heterossexualidade foi gravemente condenada pelo discurso hegemônico, que, influenciado pelo discurso religioso e científico, legitimou instituições e práticas sociais calcadas em valores heteronormativos, que levaram a sociedade a discriminar e punir os comportamentos sexuais que fogem deste padrão, colocando-os num patamar de subalternidade, de pecado ou doença (MACHADO; PRADO, 2008). Esta normatividade hierarquiza os sujeitos dentro da sociedade. “A norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (LOURO, 2001, p. 9). Nesta lógica, segundo Louro (Ibid), “a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual”. As sociedades realizam um discurso que concebe “os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens” (LOURO, 2001, p.9).

Esses que se encontram às margens são conhecidos como *queer*, que pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, aquele que não aspira o centro, o que é raro, extraordinário. É o sujeito da sexualidade desviante (LOURO, 2001). “*Queer* adquire

todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58).

Como já citado, essa postagem foi publicada duas vezes no perfil de Damares, ambas com a mesma imagem, em que aparece a fotografia da ministra acompanhada da frase: “*Crianças não são cobaias da ideologia de gênero*”, e com uma pequena diferença na legenda. Na segunda postagem, ela nomeia o nome da teoria (teoria *queer*), convidando a sua audiência a estudá-la. Esse movimento de repetir uma postagem tem o intuito de reiterar o discurso e endossar o pânico moral, uma vez que afirma que a suposta ideologia de gênero é uma violência para a criança. Vale ressaltar que o populismo digital, além de provocar o deslizamento de sentidos (KRAMER, 2019), e esvaziar pautas relevantes para a democracia liberal, se coloca como defensor de sentidos supostamente originais de certos termos. Nessa perspectiva, busca se apropriar do tema de gênero, para reforçar o discurso hegemônico.

Na postagem de 21 de setembro de 2021, Figura 5, a ministra faz um ataque claro ao jornalismo, desqualificando um suposto jornalista que estaria vinculando sua fala a um ataque a Organização das Nações Unidas, feminismo e homossexuais. No entanto, vale esclarecer que, ao compartilhar uma imagem com supostas escritas de um profissional, não se apresenta qualquer elemento que pudesse o leitor verificar de onde é a fala proferida, não se tem nem o nome nem o veículo responsável pela publicação da matéria. O que traz um esvaziamento de discussão, podendo ser classificado como um ataque direto aos jornalistas de maneira generalizada.

Figura 05: transcrição do post de 21 de setembro de 2019

“Este jornalista já passou dos limites comigo! Onde eu ataquei homossexuais em meu discurso? Eu falei contra a ideologia de gênero que prega que ninguém nasce gay, uma ideologia que afronta o movimento homossexual. Meu discurso foi postado aqui na íntegra. Ou o tal jornalista não assistiu o vídeo e está recebendo informações sem conferir ou está agindo de má fé.”

Fonte: Facebook Oficial Damares Alves, encontrado em
<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1095855857288762>

De maneira ainda que indireta, a ministra demonstra a característica presente no populismo digital da capilaridade de organização (KRAMER, 2017). Ao tratar a mídia tradicional como inimiga, leia-se jornalistas, ela estimula a conexão direta com seus seguidores, remetendo à sua página do Facebook como fonte fidedigna do seu discurso. Assim, propõe a eliminação da mídia como intermediário entre o discurso das autoridades e sua recepção pelos cidadãos.

Considerações Finais

A partir das reflexões desenvolvidas por meio da análise do discurso desinformativo da Ministra Damares Alves, e baseados nos referenciais teóricos aqui apresentados, tudo indica que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBTQIA+, das definições de políticas públicas e da busca pelos Direitos Humanos. Além disso, como afirmam Miskolci e Campana (2017), esse movimento tenta delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto contrário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania a todas e todos que consideram ameaçar a concepção de mundo tradicional.

Desse modo, Damares não só tem produzido discursos desinformativos, como também tem sido porta-voz ofensiva contra qualquer avanço legislativo em torno dos direitos da comunidade LGBTQIA+, direitos reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero e livre expressão da sexualidade. Desinformação e pânico moral andam lado a lado para a manutenção da normatividade vigente em nossa sociedade. Assim, faz-se importante compreender também que os discursos analisados, por estarem presentes em uma plataforma digital, embora possam parecer inofensivos, buscam a cada dia esvaziar as principais pautas para uma agenda democrática.

Por isso, faz-se necessário desconstruir os padrões binários e discursos heteronormativos que constituem a ordem hegemônica já que, segundo aponta Butler (2003), mudanças discursivas levam a mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

- BAKIR, V. & MCSTAY, A. **Fake news and the Economy of Emotions: problems, causes, solutions.** *Digital Journalism*, 2017.1-22. <http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>
- BUTLER, Judith. **Críticamente subversiva.** In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer.** Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55 a 81.
- ENGESSER, S., ERNST, N., ESSER, F., & Büchel, F. **Populism and social media: How politicians spread a fragmented ideology.** *Information, Communication & Society*. 20 (8):1109-1126. 2016 Disponível em: <http://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1207697>^[17]_{SEP}
- FALLIS, D. **What Is Disinformation?** *Library Trends*, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014>.

GELFERT, A. (2018). Fake news: **A definition**. *Informal Logic*, 38 (1): 84-117. Disponível em: https://informallogic.ca/index.php/informal_logic/article/view/5068/4350. Acesso em 24 jun, 2021.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Extermos: O Breve Século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Psicologia Política*, 18 (43), p. 449-502, 2018. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>

LE MOS, C. S. Teologia da Prosperidade e sua expansão pelo mundo. *REVISTA ELETRÔNICA ESPAÇO TEOLÓGICO*, v. 11, p. 80-96, 2017

KRÄMER, B. (2017) Populist online practices: the function of the Internet in right-wing populism. *Information. Communication & Society*, 20 (9): 1293-1309. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1328520>

KREISS, D. & McGregor, S. **Technology firms shape Political Communication: The work of Microsoft, Facebook, Twitter, and Google with Campaigns During the 2016 U.S. Presidential Cycle**. *Political Communication*, 1-23. 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10584609.2017.1364814>

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.07-32

_____. **Um corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

MISKOLCI, R., & Campana, M. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. *Sociedade E Estado*, 32(3), 725–747. 2018. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. *Cadernos Pagu*(28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp.101-128.

NIELSEN, R, & Vaccari, C. **As pessoas curtem os políticos no Facebook? Não mesmo! A comunicação direta em larga escala entre candidatos e eleitores como um fenômeno outlier**. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 5 (2): 227-256, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/41061>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2003. 100p

PRADO, Marco Aurélio Máximo & MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2012

SRNICEK, N. (2018). **Capitalismo de plataformas**. In: **Capitalismo de plataformas**. Caja Negra Editora.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Conselho da Europa, 2017.